

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
ENTRE O
MUNICÍPIO DE BRAGA
E A
ASSOCIAÇÃO CENTRO DE MEDICINA P5

CONSIDERANDO QUE:

- a) Os cuidados de saúde estão a evoluir de forma significativa. A Medicina Digital representa, atualmente, uma das formas mais modernas e promissoras para o avanço e aplicação do conhecimento e da evidência científica, para a melhoria da saúde fazendo uma integração sinérgica entre os cuidados assistenciais e entre a investigação (com criação de conhecimento) e a aplicação do conhecimento (com melhoria dos cuidados prestados à população).
- b) A Associação Centro de Medicina P5 tem como objetivos, entre o mais, a investigação na área da saúde e a prestação de cuidados de saúde, através de recursos digitais que permitem o acompanhamento da população e, dessa forma, melhorar os seus cuidados de saúde individuais, bem como da população em geral.

CONSIDERANDO AINDA QUE:

- c) O Município de Braga, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.ºs 1 e 2, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, possui como atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições, designadamente, no domínio da saúde. Também de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alíneas o), u) e ff), do RJAL, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse para o Município, apoiar atividades de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, bem como promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal.
- d) O Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), no artigo F-1/2.º, estabelece que "A atribuição de apoios visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades concretas em áreas de interesse municipal, de natureza social, cultural, recreativa, ambiental, juvenil, dos direitos humanos e de cidadania e desenvolvimento local". O artigo F-1/3.º, n.º 2, alínea a), do

CRMB, determina que “Os apoios financeiros podem ser materializados por meio de: Apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”.

- e) O Município de Braga tem desenvolvido várias ações de complementaridade com o propósito de assegurar o acesso aos cidadãos, seus munícipes, aos cuidados de saúde. A pandemia da doença Covid-19 veio conferir urgência à necessidade de criar e disponibilizar meios alternativos aos presenciais e às linhas telefónicas atualmente existentes, no sentido de facilitar e agilizar a realização de diagnósticos e o acompanhamento de doentes, para reduzir o enorme impacto que os constrangimentos e os condicionamentos relacionados com a pandemia da Covid-19 estão a provocar em doentes não Covid, que se veem limitados em aceder com regularidade e prontidão necessárias aos cuidados de saúde que a sua condição exige.
- f) O Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – Covid 19, no artigo 35.º-U, referente aos «Apoios autárquicos de combate aos efeitos da pandemia», prescreve que “Para efeitos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º, bem como da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, considera-se apoio a atividade de interesse para a freguesia, bem como apoio à atividade económica de interesse municipal, respetivamente, a concessão de apoios, em dinheiro ou em espécie, a entidades e organismos legalmente existentes, relacionados com a resposta à pandemia da doença Covid-19 ou recuperação económica no contexto da mesma”.

CONSIDERANDO, POR FIM, QUE:

O Município de Braga entende como fundamental o apoio à Associação Centro de Medicina P5 – constituída pela Universidade do Minho e a Associação «Alumni Medicina – Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da Universidade do Minho» –, uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Escola de Medicina da Universidade do Minho, no Campus de Gualtar, concelho de Braga, considerando que se apresenta como um projeto de saúde da Escola de Medicina – um projeto inovador, um modelo pioneiro em Portugal e na Europa –, o qual assume como desígnio contribuir para a melhoria do estado de saúde dos cidadãos por meio do recurso a tecnologias digitais, assim como fortalecer o Sistema Nacional de Saúde, através da adição de serviços com pouca expressão, como a monitorização contínua do estado de saúde do indivíduo e programas de promoção da saúde e prevenção da doença.

Tendo em consideração o exposto, entre:

Município de Braga, doravante designado Município, com sede na Praça do Município, 4700-435 Braga, com o NIPC 506 901 173, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato;

e

Associação Centro de Medicina P5, associação sem fins lucrativos, doravante designada P5, com sede na Escola de Medicina da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, com o NIPC 515 229 296, representada pelo Presidente da Direção, Nuno Jorge Carvalho de Sousa, com poderes para o ato;

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração, aprovado pela Câmara Municipal de Braga em reunião do respetivo executivo de [...], que se rege pelos termos das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª

(Objeto)

O presente Protocolo consagra os termos e as condições da colaboração e do apoio estabelecidos entre o Município e a P5, com os desígnios da melhoria do estado de saúde dos cidadãos por intermédio do recurso a tecnologias e plataformas digitais, da promoção da saúde, da prevenção da doença, da qualidade de vida da população do concelho, bem como do desenvolvimento de várias ações de complementaridade a nível clínico, no âmbito do surto epidemiológico provocado pelo novo coronavírus Covid-19.

CLÁUSULA 2ª

(Obrigações da P5)

1. Por meio do presente Protocolo, a P5 assegurará:

- a) Sempre que solicitado, **organizar** visitas de estudo dos alunos dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Braga à Escola de Medicina da Universidade do Minho, **através da P5;**
- b) Sempre que solicitado, esclarecimento **e orientação** dos alunos dos Agrupamentos de Escolas de Braga que pretendam ingressar em cursos da área da saúde.

2. A P5 garantirá a colaboração e o apoio **científico** ao Município na elaboração de candidaturas a fundos comunitários relacionados com a área da saúde.

3. A P5 colaborará e apoiará o Município na definição e na implementação de projetos piloto, com o propósito da promoção da saúde e da qualidade de vida da população do concelho.
4. A P5 disponibilizará apoio clínico aos munícipes de Braga, designadamente mediante:
- a) Plataformas digitais de monitorização e de avaliação de sintomas clínicos, em articulação com as unidades prestadoras de cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde **que o solicitem**;
 - b) Interação entre os seus profissionais de saúde e os munícipes;
 - c) Avaliação do impacto dos resultados clínicos, no âmbito de projetos de investigação.
5. A P5 disponibilizará:
- a) Triagem **e aconselhamento** de utentes: Através das aplicações digitais ou da linha telefónica, os munícipes podem entrar em contacto com os profissionais da P5. A recolha da informação considerada relevante para seguimento pelo seu médico de família será disponibilizada aos profissionais de saúde **do ACeS de Braga e do Hospital de Braga**, sempre que solicitado pelos utentes ou por estes profissionais de saúde (com consentimento dos utentes);
 - b) Trace COVID19: Contacto dos utentes em monitorização e colocação da informação em ficheiro de formato desejado para posterior *upload* na plataforma pelo médico de família ou médico assistente (com consentimento dos utentes), **quando solicitado e articulado com as entidades competentes**;
 - c) Relatórios: **A P5** disponibiliza-se para efetuar relatórios epidemiológicos, de fármaco-economia, e de outras dimensões de investigação, com dados agregados e anonimizados, sempre que acordado com os profissionais de saúde **e** com os responsáveis do Município de Braga;
 - d) Interação com outros projetos e com a transformação digital em **saúde**: Os profissionais da P5 comprometem-se a fomentar a interação com outros projetos em curso entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Braga, nomeadamente os de promoção de literacia e transformação digital para a saúde, bem como os de promoção de estilos de vida saudável para crianças e para idosos (estimulando mesmo a integração entre estes projetos);
 - e) Desenvolvimento de ações de literacia da saúde para jovens do ensino secundário: Os profissionais da P5 disponibilizam formação para os jovens do ensino secundário do concelho de Braga, **incluindo** nas condições de acesso ao P5, potenciando a sua utilização por eles e pelas famílias;
 - f) Desenvolvimento de formação em **Suporte Básico de Vida** para todos os alunos do 12.º ano das escolas secundárias e profissionais do concelho de Braga.
6. A P5 assegurará que o apoio atribuído por parte do Município apenas e só será utilizado para o desenvolvimento do objeto e das finalidades do presente Protocolo, previstas nesta Cláusula e na Cláusula anterior, não podendo o apoio, em nenhuma circunstância, ser usado para outros fins, mesmo que relativos à P5.

CLÁUSULA 3ª

(Obrigações do Município)

1. No âmbito do presente Protocolo, o Município compromete-se:
 - a) A colaborar e a apoiar na articulação entre os munícipes e a P5;
 - b) Divulgar em todos os seus canais de comunicação as iniciativas levadas a cabo no âmbito deste Protocolo;
 - c) Promover a divulgação dos projetos da P5 e dos recursos já produzidos e a produzir, bem como propor a utilização dos mesmos junto dos munícipes.
2. O Município compromete-se a atribuir à P5 um apoio financeiro, no montante de € 100 000,00 (cem mil euros e zero cêntimos), destinado à concretização do objeto e das finalidades do presente Protocolo, determinadas nas Cláusulas anteriores, e que não poderá ser utilizado para outros fins.

CLÁUSULA 4ª

(Condições de Pagamento)

O pagamento do apoio previsto no n.º 2, da Cláusula 3ª, será efetuado pelo Município à P5 em prestações mensais, iguais e sucessivas, com início no mês de assinatura do Protocolo.

CLÁUSULA 5ª

(Execução e Avaliação do Protocolo)

1. A utilização, por parte da P5, do apoio atribuído pelo Município, de acordo com o estatuído no n.º 2, da Cláusula 3ª, para outros fins diversos dos preceituados no presente Protocolo, consubstancia causa para a denúncia imediata do Protocolo pelo Município, tendo a P5 de proceder à devolução do apoio atribuído.
2. A P5 deve organizar e arquivar a documentação justificativa da aplicação do apoio atribuído pelo Município, em conformidade com o fixado no n.º 2, da Cláusula 3ª, e apresentará no final da vigência do presente Protocolo, e no final da sua renovação, um relatório com a indicação e esclarecimento dos resultados alcançados com a aplicação do apoio atribuído.

CLÁUSULA 6ª

(Verificação do Cumprimento do Objeto do Protocolo)

1. O Município pode, a todo o tempo, verificar o cumprimento do objeto do presente Protocolo, mediante a realização de vistorias, inspeções e auditorias, bem como exigir à P5 as informações e os documentos que julgue necessários.

2. As determinações do Município emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do Protocolo são imediatamente aplicáveis e vinculam a P5, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

CLÁUSULA 7ª

(Alteração ou Revisão)

1. O presente Protocolo poderá ser objeto de alteração ou revisão, em qualquer momento, mediante proposta formulada, nesse sentido, por qualquer das partes signatárias.
2. Uma vez aceites e validadas através de acordo escrito e assinado pelos representantes legais de cada uma das entidades signatárias, as propostas de alteração e revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

CLÁUSULA 8ª

(Cessação)

1. O presente Protocolo pode ser revogado por comum acordo, salvaguardando, no entanto, o cumprimento das obrigações acordadas pelas partes signatárias e constantes no acordo de revogação a celebrar por escrito.
2. O incumprimento por uma das partes de qualquer das obrigações emergentes do presente Protocolo confere à outra parte o direito de o denunciar, desde que notificando por escrito a outra parte, com a antecedência mínima de 30 dias, por notificação pessoal, correio registado com aviso de receção, fax ou correio eletrónico com recibo de leitura para os endereços das partes.
3. O presente Protocolo pode, também, ser denunciado por força de imposição legal superveniente e/ou por razões de ponderoso interesse público.
4. Caso a denúncia ocorra por falta de cumprimento do presente Protocolo pela P5, terá lugar a devolução do apoio atribuído pelo Município.
5. Qualquer das partes pode fazer cessar o presente Protocolo, a qualquer momento, sem necessidade de evidenciar o motivo justificativo, desde que o comunique à outra parte com uma antecedência mínima de 30 dias relativamente à data que pretenda para o término.
6. Terminando, por qualquer motivo, o presente Protocolo antes de decorridos os 12 meses previstos para a sua vigência, as obrigações das partes nele previstas reduzem-se na proporção da sua vigência efetiva.

CLÁUSULA 9ª

(Caducidade do Protocolo)

O presente Protocolo caduca quando, por falta não imputável às partes, se torne objetivamente impossível realizar o conteúdo que constitui o seu objeto.

CLÁUSULA 10ª

(Casos Omissos)

Os casos omissos ou dúvidas que surjam no âmbito do presente Protocolo e dos termos adicionais a celebrar ou, eventualmente, qualquer litígio superveniente, serão resolvidos por mútuo acordo entre as partes, com observação do disposto na legislação aplicável.

CLÁUSULA 11ª

(Vigência)

O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e é válido pelo período de 12 meses, sendo automaticamente renovável apenas e só por uma vez e por período de igual duração, caso não seja denunciado por qualquer das partes.

O presente Protocolo de Colaboração é redigido em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Braga, _____ de _____ de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Direção da P5

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

Nuno Jorge Carvalho de Sousa

Ao presente Protocolo Específico de Colaboração foi atribuído, em cumprimento da Lei n.º 8/2012 de 21.02, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17.03, o número sequencial de compromisso

n.º XXXXXX, tendo cabimento na rubrica [...] do orçamento do Município de Braga, e nas Grandes Opções do Plano através do projeto 2022/10.

A assunção do compromisso plurianual, para efeitos do cumprimento do previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro foi autorizada, nos termos do previsto no artigo 23.º das normas de execução do orçamento para 2022, pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 29 de dezembro de 2021, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.